



Sessão temática: Questões agrária, urbana ambiental e Serviço Social.
Cidades, desastres e políticas urbanas

A CONSTRUÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DOS DESASTRES AMBIENTAIS NA ERA DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

LUANA FERNANDES DOS SANTOS AZEREDO¹
TATIANA DAHMER PEREIRA²

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado e tem como objetivo tecer algumas considerações sobre a influência do Capitalismo Monopolista na construção e intensificação dos processos de Desastres Ambientais. Conclui-se que a radicalização dos imperativos capitalistas tem agravado os contextos de desastres ambientais em função tanto do esgotamento dos recursos não renováveis do planeta, quanto da construção de uma base social vulnerável propícia para a ocorrência dos desastres. Um dos fatores determinantes para a construção dessa base tem sido a manutenção da dependência dos países periféricos que, por tal condição, vêm incorporando o discurso do desenvolvimento pregado pelos países centrais.

Palavras-chave: Desastres ambientais; Capitalismo Monopolista; Dependência Internacional.

Abstract: This article is part of a master's research and aims to make some considerations about the influence of Monopoly Capitalism in the construction and intensification of Environmental Disaster processes. It is concluded that the radicalization of capitalist imperatives has aggravated the contexts of environmental disasters due to both the depletion of the planet's nonrenewable resources and the building of a vulnerable social base conducive to the occurrence of disasters. One of the determining factors for the construction of this base has been the maintenance of the dependence of the peripheral countries that, by such condition, have been incorporating the discourse of the development preached by the central countries.

Keywords: Environmental disasters; Monopolistic Capitalism; International Dependence.

1- INTRODUÇÃO

O estudo sobre os desastres ambientais requer a preocupação com o olhar crítico e histórico por parte de quem pesquisa. Afinal, é imprescindível não se perder nas aparências dos fenômenos, mas buscar o máximo possível de aproximação com as determinações, considerando que a realidade não é fruto de uma lei natural que rege a sociedade, mas construída historicamente por homens e mulheres.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

² Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense.

Nesse sentido, o desvelamento das determinações que compõem o processo de desastre contribui para uma posição teórica mais crítica a respeito desse conceito, além de trazer à tona os consequentes impactos causados nas vidas de tantas famílias. Esse desvelamento faz parte de uma difícil tarefa, na medida em que expõe a naturalização de se tratar o desastre de forma unidimensional, como sendo fruto de fenômenos naturais inevitáveis. Ao trazer uma outra perspectiva de análise, pautada na compreensão sobre condicionalidades e processos, passa-se a identificar o papel das dinâmicas sociais, das ações estatais, dos agentes privados em uma sociedade fundada na contradição entre as classes sociais no contexto do desastre ambiental.

Assim, buscou-se neste trabalho, primeiramente, apresentar uma discussão teórica sobre como os processos de desastres se relacionam com uma forma de desenvolvimento dependente, sinalizando como a construção da dependência internacional dos países ditos periféricos e como a criação dos monopólios alimenta condições e dinâmicas de desenvolvimento as quais, necessariamente, associam-se a condições e processos de desastres.

Em seguida, tratamos das consequências produzidas por tal processo, como a extrema desigualdade social, e como isso tem contribuído para a produção e intensificação dos desastres ambientais.

2 - INDEPENDÊNCIA OU COLONIALISMO IMPERIALISTA?

Como o colonialismo assume formas distintas nos diversos continentes, após o cessar do denominado “pacto colonial” até final do século XIX, as ex-colônias nas Américas assumem papéis e posições distintas em relação aos países centrais, visto que agora essas economias periféricas tornaram-se nação “independente” (MACHADO, 1999), porém marcados por fortes pressões de integração subordinada à dinâmica de acumulação capitalista em sua era monopólica. A partilha econômica e política do mundo acaba por gerar formas de relacionamento entre países que podem alterar-se ao longo do tempo – constituem-se os que possuem colônias, as colônias e os países dependentes (LÉNINE, 1986). Esses, “dum ponto de vista formal, político, gozam de independência”, no entanto, “na realidade se encontram envolvidos

nas malhas da dependência financeira e diplomática” – como é o caso da América do Sul (Ibid. p. 639). Trata-se da divisão do mundo entre poucos Estados usuários e uma grande maioria de Estados devedores (Ibid.)

Segundo Nayyar (2014) a ascensão do “Ocidente” representou o declínio do “resto” na economia mundial. Essa dividiu-se entre os países que se industrializaram e exportavam manufaturas e os países que não conseguiram se industrializar e exportavam produtos primários. Ao olharmos para o sistema econômico internacional que hoje temos, fruto desse processo, percebemos que trata-se, simultaneamente, de “um sistema de poder – um sistema de dominação/dependência que tem favorecido, sistematicamente o desenvolvimento dos países hoje desenvolvidos e o subdesenvolvimento dos países atualmente subdesenvolvidos” (SUNKEL, 2000, p. 551).

É nesse campo que a Teoria da Dependência levantará algumas tendências mundiais sobre a natureza do desenvolvimento, tais como dependente, concentrador e excludente (SANTOS, 2000a, p. 20). A tendência ao fomento da desigualdade já havia sido identificada por Marx (2011) como um paradoxo, afinal, como pode um sistema que se baseia em liberdade e igualdade gerar desigualdade e falta de liberdade?

Santos (2000a) observa, portanto, que mesmo havendo o processo de industrialização da América Latina, isso não significou sua elevação ao mesmo nível de desenvolvimento dos países centrais. Ele explica que apesar de haver agora a presença de indústrias nesses países periféricos, essas possuem um perfil diferente das que predominam nos países centrais - nesses, concentram-se as indústrias de ponta, enquanto que nos países dependentes prevalecem as indústrias poluentes e já distantes das inovações tecnológicas. Tais indústrias ainda geram como agravante desse contexto, o desemprego industrial devido ao incremento no uso do maquinário.

A Teoria da Dependência (CARDOSO; FALETTO, 2000) “lança por terra”, portanto, a concepção de que o atual estágio de desenvolvimento dos países centrais foi conquistado a partir da passagem desses por algumas etapas e, a partir do momento que os países periféricos também as percorressem, eles conseguiriam alcançar essa mesma realidade. Uma ideia

um tanto utópica já que os países hoje centrais iniciaram seu desenvolvimento juntamente com o de um mercado mundial, ao passo que os países periféricos tem tentado alcançar esse mesmo patamar de desenvolvimento, porém com tal mercado capitalista já consolidado (Ibid.). Logo, como em realidades tão distintas, a saída hoje para o desenvolvimento dos países periféricos seria a mesma seguida pelos países centrais há séculos atrás?

Santos (2000b) explica que o entendimento que se tinha era que os países subdesenvolvidos ainda não tinham sido incorporados ao capitalismo – eram ainda economias pré-capitalistas. No entanto, a

[...] maior parte das economias do Terceiro Mundo teve papel muito importante no desenvolvimento mundial, como o caso do Brasil. Pensar essas economias como feudais e exteriores ao capitalismo era de uma ignorância histórica colossal. Contudo, era a ideia dominante. Pensar que essas economias poderiam refazer o caminho do capitalismo também era uma ideia totalmente falsa (SANTOS, 2000b, s.p.).

Pelo caráter dependente historicamente construído, estão inseridas em uma lógica de desenvolvimento caracterizada como desigual e também combinada (a simbiose do arcaico e do moderno) (LÖWY, 1998). São economias, portanto, condicionantes do desenvolvimento dos países centrais e trazem nas suas aparentes formas arcaicas, as condições de conformação do moderno, sendo essas duas dimensões, faces complementares da mesma moeda, como nos ensina Oliveira (2003). Logo, realmente não há como pensar tais economias como ainda apartadas do sistema, uma vez que a existência delas é o que possibilita a produção e reprodução dele, ou seja, o “subdesenvolvimento se inscreve na sua lógica expansionista” (MACHADO, 1999, p. 204). Isso nos revela que os países centrais foram se formando, em grande parte, às custas dos países periféricos.

Para Machado (1999), portanto, não há sentido em se compreender a dependência como procedente do subdesenvolvimento, uma vez que a dependência sempre esteve presente nas relações internacionais. Válido é, para ele, compreender que a construção da relação de dependência levou certos países a se manterem no campo do subdesenvolvimento, ou seja, ao longo da história foi-se realizando uma acumulação centralizada do capital que,

nos países centrais levou ao avanço tecnológico, ao passo que nos países periféricos, à estagnação.

Logo, apesar do fim da colonização estar declarado, os países periféricos passaram a se prender aos países centrais por outras amarras, fato que gerou um crônico endividamento externo associado a uma submissão ao capital internacional (MACHADO, 1999, p. 200). No caso brasileiro,

[...] a partir da década de 1860, quando os saldos da balança comercial se tornam cada vez mais importantes, o serviço da dívida externa aumenta: de 50% sobre o saldo nos anos sessenta, sobe para 99% na década seguinte. Entre 1902-1913, enquanto o valor das exportações aumenta em 79,6%, a dívida externa brasileira o faz em 144,6% e representa, em 1913, 60% do gasto público total (MARINI, 2000, p. 108-109).

Para o autor, foi nesse momento, portanto, que a América Latina insere-se em uma estrutura de divisão internacional do trabalho e que se instala a dependência, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Ibid. p. 109).

É importante salientar que esse processo de dependência não se estabelece apenas nas relações político-econômicas, mas se materializa no próprio destino de vida ou morte das pessoas. Afinal, uma das funções exercidas pelos países dependentes é o fornecimento de pessoal para exército - a Grã-Bretanha, por exemplo, venceu a maior parte de suas batalhas pela conquista do Império Indiano, a partir de exércitos formados por indígenas (LÉNINE, 1986).

Apesar de tentarem justificar a divisão internacional do trabalho a partir da premissa, segundo a qual “o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda [...] os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países” (PREBISCH, 2000, p. 71-72).

De acordo com a CEPAL (2000) existe um progresso técnico sendo disseminado pelo mundo, porém esse movimento tem se dado de forma

desigual entre as nações, mostrando-se mais efetivo, por exemplo, em países como EUA e Japão.

Isso não quer dizer que na periferia não houve nenhum tipo de progresso técnico, porém esse se dava de modo muito limitado e em áreas específicas, apenas para possibilitar a produção de matéria-prima e alimentos para os centros industriais (Ibid.). Muitos foram os países e regiões que, segundo Nayyar (2014), foram contornados pelo processo de desenvolvimento.

Tanto quanto a exclusão de regiões, a exclusão de pessoas dentro dos países no processo de desenvolvimento faz parte dessa história. O crescimento econômico do mundo em desenvolvimento a partir de 1950 foi impressionante no conjunto, embora desigual nos países e regiões. Mas convém reconhecer que tal crescimento, mesmo que se houvesse distribuído de maneira mais equitativa no espaço geográfico, não seria suficiente para garantir a inclusão de pessoas. O problema essencial foi que, em muitos casos, o crescimento econômico acelerado não se transformou num desenvolvimento significativo que melhorasse as condições de vida e assegurasse o bem estar das pessoas comuns. Em alguns países, é claro, o crescimento rápido levou a esse desenvolvimento significativo, num número muito maior deles, isso não aconteceu. E um número expressivo de nações não teve crescimento nem desenvolvimento (NAYYAR, 2014. p. 249).

Podemos compreender, então, que existe uma relação entre subdesenvolvimento, desenvolvimento e dependência. Relação essa que ganhará contornos mais acentuados e gerará impactos mais intensos sobre a periferia a partir da consolidação da etapa imperialista do desenvolvimento capitalista.

3 - O CAPITALISMO MONOPOLISTA E A INTENSIFICAÇÃO DA DEPENDÊNCIA INTERNACIONAL.

Segundo Lênine (1986), a busca pela conquista colonial e intensificação da partilha do mundo ganhou contornos mais delineados a partir da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, o qual possui como pressuposto o enfraquecimento do concorrente para que haja a concentração da riqueza nas mãos de poucos.

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contém minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário[...] Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matéria-prima em todo mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (Ibid. p. 637).

A lógica que impera, portanto, na era do capitalismo monopolista, não é a da busca da qualidade de vida da sociedade como um todo, mas a busca incessante pelo lucro e acúmulo de capital. Isso faz com que até mesmo as terras que hoje não são aproveitadas tenham sua posse garantida pelos grandes grupos do capital, visto que “a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível” e essas terras “podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos”(LÉNINE, 1986, p. 638). Isso significa que uma grande massa populacional está à margem do acesso à moradia própria e meios de produção, por conta de interesses privados, interesses na exploração de uma riqueza que pode levar gerações para conseguir ser acessada.

Podemos apreender dessa realidade que o domínio sobre a terra é garantido hoje em virtude de um poder político-econômico gerado pelos monopólios. Trata-se da criação da grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio (LÉNINE, 1986, p. 641).

Estamos, portanto, em uma fase superior de desenvolvimento do capitalismo - o imperialismo capitalista - cujas características fundamentais, segundo Lênine (1986), são: intensa concentração de produção e capital à ponto de se formarem os monopólios; surgimento do capital financeiro – “capital bancário de alguns bancos monopolistas, fundido com o capital das associações monopolistas de industriais” (Ibid. p. 641); intensificação da exportação de capitais em detrimento das mercadorias; articulação do capital financeiro com o processo de partilha do mundo entre as associações internacionais monopolistas, espreado para todo o planeta da “política

colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido” (Ibid. p. 641); e, por fim, a decisão do termo de partilha do mundo sob responsabilidade apenas das grandes potências capitalistas mais importantes.

No processo de passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista não somente sofreu influência os contornos geográficos do mundo. Muito fortemente alteraram-se as relações sociais. Com o capitalismo concorrencial temos uma lógica diferenciada de se lidar com a produção, prima-se, por exemplo, por se ter uma grande massa de consumidores.

No capitalismo monopolista, no entanto, grande parte do antigo exército industrial de reserva já passa a ser considerado um exército excludente, pessoas que jamais conseguirão inserir-se no mercado de trabalho. Logo, poderíamos deduzir que isso afetaria os lucros dos capitalistas já que se teria menos mercado consumidor. Entretanto, o capitalismo moderno tem no capital financeiro uma fonte bastante interessante para aquisição de lucros, não dependendo tanto mais assim unicamente da venda de mercadorias.

Tal contexto gera transformações profundas para a sociedade, visto que o ser humano passa a ser considerado como algo descartável, não se vê mais nas fábricas, por exemplo, o grande contingente de trabalhadores – afinal a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto tornou-se uma constante ascendente.

Esse debate nos remete ao que Netto (2001) aponta sobre a “questão social”, tendo essa como principal característica, no mundo no século XVIII, a pobreza acentuada – pauperismo – que pela primeira vez *“crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”* (NETTO, 2001, p. 42). O novo modo de produção que se formava mesmo com uma capacidade crescente de produzir riqueza até então jamais vista, não era capaz de diminuir a pobreza, mas o contrário, a intensificou.

Essa dinâmica gera desde o trabalhador rural expulso do campo que não consegue se inserir nos pólos urbanos-industriais, até o trabalhador em atividade que tem seu aumento de produtividade cada vez mais requerido, porém por um salário insuficiente, até mesmo para a própria subsistência (IAMAMOTO, 2007).

Tal contexto adensa-se visto que esse “trabalhador livre” tem sua garantia de sobrevivência depositada apenas em sua força de trabalho ou na caridade da sociedade, já que ele é privado do acesso aos meios de produção, canalizados e centralizados pelo capital (processo esse condição para o advento do capitalismo).

Tem-se, assim, o que lamamoto (2007, p. 15-16) chama de “acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontra-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista”.

Se o capitalismo moderno chegou ao ponto de produzir uma massa populacional para além do exército de reserva, podemos compreender que esse sistema não depende mais tanto desses, o que implica em um processo de desvalorização da vida. Os grandes genocídios causados pelas guerras ou as milhares de mortes fruto dos – frisa-se – constantes desastres ambientais, são exemplos disso.

Se o sistema capitalista necessitou da produção de desigualdades para que pudesse nascer e chegou ao ponto de tornar a vida humana descartável, entende-se porque é necessária a divisão internacional do trabalho, e porque ela constituiu-se enquanto uma promessa de beneficiamento de países tanto desenvolvidos, quanto subdesenvolvidos, fato esse logo percebido como impossível.

Nayyar (2014) aponta que o número dos países menos desenvolvidos (LDC³) duplicou, passando de 24, no começo da década de 1970, para 48, no início da década de 2000.[...] Em 2010, na verdade, o patrimônio das vinte pessoas mais ricas do mundo era maior que a soma do PIB de todos os LDCs.[...] (NAYYAR, 2014, p. 242).

Está posto o grande nó para o desenvolvimento dos países periféricos, visto que, na concepção de Nayyar (2014), “na busca do desenvolvimento, a erradicação da pobreza, a criação de empregos e o crescimento inclusivo são imperativos. Por um lado, compõem os objetivos essenciais do desenvolvimento; por outro, são instrumentais como os meios primários para promover o desenvolvimento” (p. 279). Isso nos faz refletir no quão utópica acaba se tornando a ideia de que os países periféricos de hoje possuem

³ “Sigla internacionalmente adotada da denominação original em inglês, Least Developed Countries.”(NAYYAR, 2014, p.241)

condições de alcançarem o patamar de desenvolvidos, em uma sociedade orientada pelos pressupostos do sistema capitalista.

Estudiosos têm demonstrado o quão ilusório é esse processo, afinal, as mesmas políticas e instituições sugeridas, ou até mesmo impostas pela força a muitos países em desenvolvimento, não foram utilizadas no processo inicial de desenvolvimento dos países hoje dominantes (CHANG, 2004). Na verdade, esses países “não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento” (Ibid. p. 13-14). Contraditoriamente, hoje as orientações aos países em desenvolvimento giram em torno principalmente da necessidade de abertura comercial e não regulação do mercado.

Pela lógica, dessa discussão dificilmente sairá uma proposta séria e realmente voltada para a superação dessa realidade - o que nos leva a questionar se os países desenvolvidos, na verdade, não estão tentando construir uma estrutura ideológica, política, econômica e cultural que mantenha o *status quo*.

Assim, os países Latino Americanos seguem tendo como dois problemas principais fruto dessa lógica de dependência:

1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. (FERNANDES, 1975, p. 6)

Trata-se de um equívoco, portanto, considerar o processo de desenvolvimento como algo natural, próprio da incorporação das estratégias e ações capitalistas. Como se o subdesenvolvimento fizesse parte do mundo pré-capitalista e o desenvolvimento começasse a partir da superação desse sistema considerado “arcaico”.

A ideia de desenvolvimento hegemônico hoje é a ideia baseada na expansão capitalista – como se o capitalismo devesse se expandir livremente para levar as soluções necessárias para os problemas do mundo. Isso nos remete a questão de que o ideal de progresso está alinhado a progresso

capitalista. Um ideal nos é vendido dia a dia, o de que o capitalismo trará a solução aos nossos males, entretanto, trata-se

[...] aqui de analisar a quem predominantemente esse *progresso* serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar. Mas, principalmente, é preciso determinar quem escolhe a direção desse progresso e com que objetivos (DUPAS, 2007, p. 74).

Até aqui já falamos basicamente sobre as condições necessárias para o avanço do capitalismo; de como esse processo se estendeu para todo o mundo gerando uma relação de dependência entre países centrais e periféricos; da lógica monopolista que rege o sistema hoje, o qual tem levado às últimas consequências seu processo de exploração da vida em todas as suas dimensões; e de como os países subdesenvolvidos são mantidos nessa circunstância a partir de todo um arcabouço de estratégias internacionalmente, nacionalmente e regionalmente articuladas, porém sob uma utopia constantemente vendida de que é possível alcançar o patamar de desenvolvimento dos países centrais.

A partir daqui poderemos, assim, avançarmos no debate mais específico acerca dos desastres ambientais, visto que o agravamento deles tem sido potencializado pelas expressões da “questão social” produzidas pelo sistema capitalista e por seu próprio modelo de produção.

4 - DESASTRE NATURAL OU SOCIALMENTE CONSTRUÍDO?

Quando falamos que as desigualdades sociais têm agravado os processos de desastres ambientais, frisamos “agravado” e não “criado”, pois os desastres não são fruto da sociedade capitalista, já existiam em outras formas de sociedade. Contudo, ao se deparar com essa nova racionalidade o processo de desastre toma contornos mais intensos e alcança lugar em todo o mundo.

A intensificação das desigualdades sociais é um dos principais fatores que levam à construção e intensificação dos processos de desastres. Quando pensamos, por exemplo, nas famílias que não possuem condições de adquirirem uma moradia em local seguro, em virtude do alto valor cobrado,

precisamos mergulhar nessa análise buscando os elementos anteriores ao ato da compra. Não se trata simplesmente de poder comprar ou não, de decidir construir naquela área considerada de risco ou não. Trata-se de compreendermos o que a levou a ter essa opção e a ter que toma-la. Por que ainda hoje, século XXI, tantas famílias e indivíduos são atingidos de forma tão brutal, e muitas vezes fatal, por desastres ambientais?

Somado às desigualdades sociais, outro fator que tem sido determinante nos processos de desastres é a aplicação pelo Estado da primazia do mercado, da adoção de um modelo de desenvolvimento que valoriza os interesses mercantis e, principalmente, o que vem de fora. As grandes empresas corporativas passam a controlar as economias dependentes (FERNANDES, 1975), contribuindo para que sejam criadas as condições necessárias para que grandes empreendimentos, se instalem, por exemplo, mesmo que isso signifique o início da construção de um processo de desastre ambiental (como o caso de Mariana/MG com o rompimento da barragem, ou o de Barra do Açu/RJ, com a salinização da água e solo por causa da construção do Porto do Açu).

Podemos compreender, portanto, que os processos que se dão no âmbito social, a forma desigual com que a sociedade tem se organizado, determina formas desiguais também em outras esferas. “Os indivíduos são postos em condições desiguais do ponto de vista ambiental porque são desiguais em outros planos” (VARGAS, 2006, p. 60). Portanto, há uma “associação entre ‘risco’ e ‘desigualdade’[...]” há “diversidade social na construção do risco, assim como a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos riscos” (VARGAS, 2006, p.59). Por isso, a autora aponta a necessidade de considerar a noção de “desigualdade ambiental”.

Para além da ocorrência de desastres pelas condições e locais de moradia das famílias e indivíduos, salientamos esse fenômeno como algo muito mais amplo. O desastre não se trata apenas da movimentação de massa que soterra os imóveis e pessoas, e mata! Ou a inundação que arrasta pessoas, e mata! O desastre está também na emissão de poluentes que impedem a respiração e causam doenças desestabilizando o cotidiano das pessoas, ele está na poluição das águas que contaminam seres humanos e

animais, assim como nas ondas de calor que estacionam em determinados locais forçando a população à migração.

A fim de ilustração temos um caso ocorrido no Estado de São Paulo/Brasil. Grupos realizaram um protesto distribuindo máscaras cirúrgicas nas ruas, além de colocá-las em estátuas públicas. O intuito foi chamar a atenção para um Projeto de Lei que estava tramitando na Câmara Municipal.

A ação, promovida pelas organizações Greenpeace, Minha Sampa e Cidade dos Sonhos, teve o objetivo de protestar contra o Projeto de Lei 300/2017, já chamado de "PL da Poluição", de autoria do vereador e presidente da Câmara Municipal, Milton Leite (DEM). O PL propõe adiar por 20 anos o prazo para que as empresas de ônibus da cidade adotem combustíveis limpos em sua frota. A proposta pretende alterar a Lei 14.933/2009, que determina que toda frota municipal de ônibus deve ser 100% abastecida por combustíveis renováveis a partir de 2018. Segundo a lei, a transição já deveria ter se iniciado ao ritmo de 10% ao ano. Entretanto, essa obrigação foi ignorada pelas empresas de transporte e pela própria prefeitura. Estudo do Instituto Saúde e Sustentabilidade afirma que a poluição no estado de São Paulo mata mais que o trânsito – são aproximadamente 11 mil mortes precoces por ano, uma média de 31 mortes por dia em 2015. No mesmo ano, os acidentes de trânsito vitimaram 7.867 pessoas (RBA, 2017, s.p.).

O PL foi aprovado em segunda discussão, na sessão extraordinária 96, legislatura 17, em 12/12/2017⁴. Esse caso nos traz vários elementos interessantes para discussão. Um deles se refere ao fato da poluição do ar não estar presente na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade). Não aparece na categoria dos Desastres Naturais, já que é causado pelo ser humano, mas também não entra na categoria dos Desastres Tecnológicos, como o derramamento de produtos químicos em sistemas de abastecimento de água. Só aqui já temos uma contradição, pois por mais que a poluição do ar ainda não seja considerada pela Cobrade, ela entra no processo de produção das chuvas ácidas que acabam no final contaminando, por exemplo, solo e água.

Em dezembro de 2016, em Beijing (China), um movimento para categorização da poluição do ar foi iniciado, porém sofreu dificuldade em se efetivar. A intenção foi de categorizá-lo como um Desastre Meteorológico,

⁴A tramitação pode ser conferida neste link: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/cgi-bin/wxis.bin/iah/scripts/?IscScript=iah.xis&lang=pt&format=detalhado.pft&base=proje&form=A&nextAction=search&indexSearch=^nTw^ITodos%20os%20campos&exprSearch=P=PL3002017>.

objetivando, a partir do seu reconhecimento por parte da legislação, a tomada de ação do governo. Entretanto, os “estudiosos disseram que a listagem do *smog* como desastre meteorológico causaria confusão e daria aos poluidores um pretexto para evadir responsabilidades” (AGÊNCIA XINHUA, 2016, s.p.).

Isso chama a atenção para a necessidade de se pressionar o debate sobre os Desastres como socialmente construídos, dentro das instâncias responsáveis tanto pelo poder legislativo, quanto executivo e judiciário.

Outro elemento interessante para discussão, trata-se de como fica claro no caso mencionado o tipo de desastre que o *modus operandi* da empresa de transporte tem gerado. Como a vida de toda a população está sendo posta em risco todos os dias, sejam ricos ou pobres. É importante salientar esse detalhe, pois esse tipo de desastre realmente afeta a todos – ele não está ligado à construção de residência em área de risco. Ele se dá por meio da contaminação do ar para o qual não há barreiras.

Um terceiro elemento desse caso expõe como as empresas facilmente e impunemente descumprem os acordos oficialmente estabelecidos, no que diz respeito às suas responsabilidades no processo de redução dos desastres. Nesse caso é claro como a atuação do Estado apresenta-se como fundamental para criar as saídas necessárias para as empresas.

Ou seja, para além do estabelecimento das classes economicamente mais baixas nessas condições, a lógica de desenvolvimento capitalista tem colocado a população mundial em um contexto de desastre ambiental, visto que questões ligadas a aquecimento global e poluição afetam a todos. É evidente que quem possui maior poder aquisitivo conseqüentemente também possui maiores condições de enfrentarem esses processos, podendo mudar de país para outro, por exemplo. Entretanto, à medida que o avanço da lógica predatória de desenvolvimento intensifica-se e alcança todo o globo, essas saídas tornam-se cada vez mais escassas. Os cientistas já alertam para conseqüências da elevação do nível do mar em decorrência do aquecimento global. Assim, os movimentos migratórios já foram previstos.(ONUBR, 2017, s.p.).

Colocamos, portanto, o questionamento de até que ponto será possível migrar para outras partes do planeta, visto que o cenário que é projetado para

daqui a 100 anos é de um aquecimento de todo o globo, com intensificação dos desastres, principalmente tempestades e furacões (IPCC, 2013; NATIONAL GEOGRAPHIC⁵, 2014).

Os argumentos aqui postos sobre o fracasso do ideal de progresso capitalista podem ser refutados por alguns a partir de números que demonstrem o aumento do PIB. Entretanto, é preciso salientar que crescimento econômico não equivale, para nós, a desenvolvimento.

Podemos afirmar, portanto, que “é o próprio modelo de desenvolvimento que cria novas ou aumenta as vulnerabilidades existentes que deveria, por definição, diminuir” (MARCHEZINI, SARTORI, GONÇALVES, 2017, p. 205).

Se verificarmos os dados sobre a ocorrência de desastres e seus impactos, constataremos que os países mais pobres possuem o maior número de vítimas fatais. Isso ocorre devido a diversos fatores como *“place where exposure to a disaster is exacerbated by poverty, lack of early warning systems, poor risk governance and an absence of the civil protection mechanisms that are taken for granted in high-income countries”*(UNISDR; CRED, 2016, p. 03). Nesses países os desastres ainda intensificam as vulnerabilidades sociais, aumentando o número de pessoas extremamente pobres, por exemplo (ONUBR, 2017, s.p.)

Os movimentos pela busca de um caminho alternativo têm se ampliado, entretanto, assumir esses projetos significa entrar em um jogo de forças contra o mercado, daí a dificuldade em se efetivar um modelo de desenvolvimento diferente do que hoje impera, já que todo o globo está subordinado à lógica do mercado, aos seus ditames, todo ele tornou-se dependente desse mercado. É como se não soubéssemos mais caminhar de outra forma, fora dele – como se desvencilhar de tal imperativo?

5 – CONCLUSÃO

A partir da globalização todo o mundo passa a viver debaixo da racionalidade capitalista, algumas regiões com mais intensidade, outras com

⁵Organização global sem fins lucrativos que promove projetos de pesquisa e preservação do ambiente (www.nationalgeographic.com).

menos. Toda a lógica capitalista de ser que vimos até aqui contribui decisivamente para a intensificação dos processos de desastres. Identificamos que essa influência exercida se estabelece em diversos aspectos da vida cotidiana: na super exploração e esgotamento dos recursos naturais; na super produção somada a obsolescência programada que desembocará nos amontoados de lixo; na lógica desenfreada pela busca do lucro mesmo que a natureza pague o preço, como nos casos de poluição dos rios ou do ar, os desmatamentos, ou até mesmo que vidas humanas sejam ceifadas; nas orientações neoliberais de flexibilização das relações de trabalho, além da seletividade, focalização e Estado mínimo que produz frágeis políticas intencionalmente, impedindo, assim, que haja verdadeira superação das desigualdades sociais.

O avanço da técnica e conseqüentemente da economia capitalista, não estiveram ligadas a um interesse da melhora da qualidade de vida da população periférica, mas sim no atendimento a uma demanda industrial internacional. E em nome de tal interesse, as riquezas socialmente produzidas foram sendo concentradas, tornando global uma miséria que repercutiria por diversas gerações – é importante salientar isso.

Muitos podem ser os discursos políticos que tentam demonstrar como conquistaram o aumento do crescimento econômico em seus países, no entanto, a tradução disso para a melhora na qualidade de vida da população em situação mais vulnerável é algo bem mais difícil. Nesse sentido, não é a presença desse sistema que construirá os caminhos para a prevenção dos riscos e desastres. É a presença desse sistema que fomenta esses fenômenos a partir das suas características já pontuadas aqui.

Por tudo que foi refletido, possuímos condições de compreender o motivo de muitos desastres não serem considerados por nós como naturais, mas socialmente construídos. Sabemos que para garantir sua manutenção o sistema não pode abrir mão do campo ideológico, do campo do conhecimento, da construção de paradigmas. Logo, assim como o debate sobre as causas da pobreza e das desigualdades sociais permanece até hoje em disputa entre os campos de conhecimento, assim também o é em relação ao desastre

ambiental ser um processo ou não, e em relação a ele ser natural ou socialmente construído.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA XINHUA. **Classificação de poluição do ar como "desastre meteorológico" causa controvérsia**. 2016. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2016-12/14/c_135905152.htm >. Acesso em: 5 dez. 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA-CEPAL. Estudo econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso: novos estudos. **CEBRAP**, n.77, p.73-89, mar. 2007.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Resumen para responsables de políticas. In: **Cambio Climático 2013**: bases físicas. Contribución del Grupo de trabajo I al Quinto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático. Cambridge, Reino Unido y Nueva York, NY, Estados Unidos de América: Cambridge University Press, 2013.

LENINE, Vladimir Ilich. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: _____. **Obras escolhidas**. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986. v. 1.

LÖWY, Michael. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. **Revista Outubro**, ed. 1, 1998.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, v.13, n. 35, 1999.

MARCHEZINI, V.; SARTORI, J.; GONÇALVES, J. C. Desenvolvimento, desastres e reconstrução: o caso de São Luiz do Paraitinga/SP, Brasil. **Revista**

Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, SP, v. 13, n. 2, p. 202-226, maio/ago. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma ontologia da obra de Rui Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. 29. ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1. v.1.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **An existential question for Miami**: project years of Living Dangerously – Documentá riocientífico. 2014.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ONUBR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Desastres naturais levam 24 milhões de pessoas por ano a situações de pobreza**. 2017. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/desastres-naturais-levam-24-milhoes-de-pessoas-por-ano-a-situacoes-de-pobreza/>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNISDR – THE UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION; CRED – CENTER FOR RESEARCH ON THE EPIDEMIOLOGY OF DISASTERS. **Poverty& Death**: disastermortality – 1996-2015. UNISDR: 2016.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

SANTOS, Theotônio dos. **A atualidade da teoria da dependência**. 2000b. Disponível em:<<http://monitordigital.com.br/a-atualidade-da-teoria-da-dependencia/>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

SANTOS, Theotônio dos. **A atualidade da teoria da dependência**. 2000b. Disponível em:<<http://monitordigital.com.br/a-atualidade-da-teoria-da-dependencia/>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

SUNKEL, Osvaldo. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VARGAS, M. A. R. A construção social da moradia de risco: a experiência de Juiz de Fora (MG). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 8, n. 1, maio 2006.